



Rosa dos ventos

MAURICIO DIAS



Dinheiro sujo, eleição suja

► **A tentativa frustrada de anistiar o uso de caixa 2 em campanhas eleitorais mostra a qualidade moral de muitos congressistas**

"Ao futucarem minha vida durante dois anos, disseram que eu tenho um apartamento que não é meu"

(Lula ao rebater a acusação sem provas dos procuradores da Lava Jato)

Valeando-se de certa sonolência no plenário da Câmara de Deputados na noite de segunda-feira 19, alguns parlamentares tentaram promover mais um golpe. Desta vez para anistiar os usuários de dinheiro clandestino em campanhas eleitorais.

A malandragem saiu, desta vez, derrotada. Promovida por integrantes dos principais partidos da base do governo Temer, o golpe estava colado a um projeto de lei criminalizando o dinheiro de caixa 2. Essa velhacaria, tramada nos bastidores da Câmara, tinha apoio do presidente da casa, Rodrigo Maia, naquele momento substituindo Temer na Presidência da República.

Maia, eventualmente, estava pronto para sancionar o que viesse da Câmara.

Temer, por sua vez, voava mundo afora. Valia-se de compromissos oficiais anteriormente

Na calada da noite, a manobra que não deu certo



marcados. Bem distante de movimentos contra ele. Não escapou. Ora em Pequim, ora em Washington, os eleitores se manifestavam com o já mundialmente famoso "Fora Temer".

O voto, excetuado o da militância política cada vez mais escassa, funciona como mercadoria. Pode ser comprado por meio de certos artifícios. Não aqueles, entretanto, virados contra Temer e em protesto contra o golpe acionado para derrubar Dilma.

Foram muitos os meios de burlar o resultado da eleição, o dinheiro tornou-se, hoje, mais do que nunca, uma condição essencial para ganhar pleitos. Que o diga Geddel Vieira Lima, ministro-chefe da Secretaria de Governo. Em palavras mais precisas, articulador político. "É lícito supor que caixa 2 não é crime. Se não é crime, é importante estabelecer penalidades aos que infringirem a lei", assegura o esperto Geddel.

O ministro sabe que não há crime por uso do caixa 2 capitulado em lei. Há, sim, infração eleitoral. Ou seja, não há punição específica e direta. Assim, Geddel põe o pudor a serviço das circunstâncias.

A hipocrisia fortalece a cumplicidade entre o doador e o receptor. Há dinheiro registrado na declaração de contas dos candidatos. É válido.

Existe, entretanto, o dinheiro dado "por fora" pelo doador. Esse enriquece os candidatos.

O registro mais antigo, mais explícito, da contribuição financeira para as candidaturas surgiu, nos anos 1950, na campanha presidencial do paulista Ademar de Barros. Ficou notória a expressão "Caixinha do Ademar".

Certa vez, há quase 30 anos, em um grupo de entrevistadores, surpreendi o então prefeito carioca Cesar Maia com uma pergunta capciosa: "Essa questão de financiamento de campanha é muito complicada no Brasil".

Maia respondeu: "O que quer que eu diga, o que já sabe?"





Andante Mossos



Toga e preconceito

O Supremo Tribunal Federal e demais tribunais superiores, em Brasília, já admitem mulheres nas composições plenárias. Exceto o Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Por preconceito dos guardiões do machismo no TST, ergue-se, no primeiro tribunal superior a nomear mulheres, uma barreira na qual elas esbarram.

Até agora nenhuma mulher presidiu o Tribunal do Trabalho.

Expectativa

Caso o plenário do STF acompanhe o voto do relator, ministro Marco Aurélio Mello, e autorize a libertação de todos aqueles que tenham sido presos após decisão de segunda instância, o primeiro beneficiado será o ex-senador Luis Estevão.

Ele cumpre a pena desde março deste ano, logo após o STF decidir que todo condenado com pena confirmada em segunda instância será preso imediatamente.

LUCIO BERNARDO JR. / CÂMARA DOS DEPUTADOS

Oportunidade

Repita-se, pela milésima vez ou mais, se preciso for, a autocrítica do ministro aposentado do STF Sepúlveda Pertence sobre o que incluiu nas regras da Constituição de 1988.

“Eu não sou o Golbery, mas também criei um monstro”, lamentou.

O general Golbery do Couto e Silva criou, na ditadura, o Serviço Nacional de Informações (SNI).

Pertence, procurador-geral da República (1985-1989), ao deixar o cargo lamentou as regras de atuação, sem freios democráticos, do Ministério Público Federal.

Voar, voar, voar...

Até agora, Michel Temer, alcançado à Presidência da República por meio de um golpe parlamentar, só tem viajado para o exterior.

Foge dos protestos de movimentos sociais.

Impossível, porém, silenciar as manifestações brotadas nas ruas.

Volta Temer!

Resquícios
de machismo
moram aqui

Globo no ar I

Nem mesmo a TV Globo, condutora do monopólio das comunicações no País, escapou à fúria da crise econômica.

De junho de 2015 a julho de 2016, a emissora perdeu 2 bilhões de reais.

Metade disso decorreu da retração de anunciantes.

Globo no ar II

A GFK, instituto alemão de medição de audiência que chegou ao Brasil para concorrer com o Ibope, deu um “ultimato” à TV Globo.

Ou a emissora adere até novembro ou ficará de fora das medições.

Há anos a Globo e as outras emissoras seguem o Ibope e não vai ceder ao prazo-limite da GFK.

O mercado aposta no fim da experiência dos alemães no Brasil.



Supremo

Não é amistoso o clima entre os ministros do Supremo Tribunal Federal. Gilmar Mendes dissemina o conflito.

Neste momento, força a renúncia do ministro Ricardo Lewandowski, que, por sinal, tem relação pessoal complicada com a ministra Cármen Lúcia, presidente do STF. Gilmar gostaria de reduzir a força tímida, porém mais liberal, da composição na Corte.

mauriciodias@cartacapital.com.br